

Os receios de Ulysses

Rogério Coelho Neto

O deputado Ulysses Guimarães tem deixado escapar para um restrito círculo de amigos pessoais a impressão de que a Assembleia Nacional Constituinte correrá sérios riscos de inviabilização se não encerrar os seus trabalhos até a metade de abril. Depois de maio, teme o presidente do PMDB, tudo no país correrá por conta de movimentos grevistas e possíveis convulsões sociais determinadas por uma inflação rebelde e sem grandes chances de ser contida a curto prazo.

Foram justamente esses temores de inviabilização da Constituinte que Ulysses passou aos governadores Aivaró Dias (Paraná), Pedro Ivo Campos (Santa Catarina) e Pedro Simon (Rio Grande do Sul). O presidente do PMDB, da Assembleia Constituinte e da Câmara dos Deputados fez questão de procurar os três governadores em seus próprios palácios, por acreditar que, se os convidasse para encontros em Brasília, chamaria muito a atenção. O périplo de Ulysses pelo Sul do país não foi, no entanto, bem-sucedido. Somente Simon entendeu as apreensões do comandante da executiva nacional pemedebista.

A grande dificuldade de Ulysses e de outros políticos que costumam ver as coisas um passo adiante — como vem ocorrendo com o governador do Estado do Rio, Moreira Franco — é a de se fazerem entender pelos que preferem agir em função do momento. Os governadores Álvaro Dias e Pedro Ivo Campos estão nesse caso. Eles jogam para conseguir o máximo possível de recursos federais, de preferência a fundo perdido, por julgarem que essa não é a hora de aprofundar o debate dos grandes temas políticos nacionais, mas de cuidar do feijão com arroz de suas administrações.

Um influente companheiro de Ulysses na executiva nacional do PMDB ouviu dele, há poucos dias, uma manifestação de amargura diante da gravidade do quadro político. Na oportunidade, Ulysses considerou difícil a tarefa de levar a bom termo a transição, se o futuro

continuar a ser trocado por concessões de rádio e televisão é por programas de liberação de verbas públicas que condicionam o apoio dos contemplados ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Ulysses tem transmitido, enfim, aos governadores (fisiológicos ou não) a ideia de que, se a Constituinte for inviabilizada — e já existem grupos atuando na sombra para que isso aconteça —, o país perderá a única via capaz de encontrar saídas legais para uma crise que pode ganhar contornos maiores depois de maio.

Quando afirmou, por duas ou três vezes, nas suas andanças pelos estados do Sul, que a Constituinte tem de trabalhar todos os dias em horário integral, com os seus integrantes esquecendo sábados, domingos e feriados, para que a nova Constituição possa ser promulgada em meados de abril, Ulysses faltou revelar que, se os parlamentares de todos os partidos não fizerem tal esforço, o sonho da futura Carta poderá se perder.

O país, neste instante, pelos dados de que o presidente nacional do PMDB dispõe, está saindo lentamente do estado letárgico que as festas de Natal e Ano-Novo costumam deixar no ânimo de cada um. Agora todos se preparam para o carnaval. Depois, ainda virá a Semana Santa. Mas do Sábado de Aleluia em diante, as perspectivas não são boas, até porque o calendário de festas, que costuma servir de anestésico para as crises, não prevê muita coisa além das comemorações da Inconfidência em abril e as festas juninas no meio do ano.

Sem uma Constituição promulgada em abril, até mesmo com o mandato de cinco anos para Sarney nela embutido, há que se concordar com os receios de Ulysses. Qualquer nova medida de arrojo fiscal ou salarial, um galope mais forte da inflação e a ampliação de toda uma política marcada por violenta recessão é que ditarão o futuro, permitindo, infelizmente, que os eternos golpistas, sempre se esgueirando à sombra, voltem a se assanhar. Em suma, a Constituição, se pronta até abril, pode servir de dique para conter o próprio clima de fermentação social que está hibernado, há algum tempo, nas ruas.